

OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA DA BAHIA

Luan de Carvalho da Silva¹

SANTOS, Fabricio Lyrio (org.). **Os índios na história da Bahia**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10).

Nos últimos tempos, temos visto ressurgir com maior intensidade algumas expressões como “não tem cara de índio”, “os índios são preguiçosos”; são ouvidas no cotidiano e vindas de diferentes lugares e pessoas, da internet, das salas de aula. Muito do estereótipo racista que se tem propagado, é em reação a uma maior organização e busca por representação dos povos indígenas, na luta por maior participação nas instâncias de formulação, supervisão e controle social das políticas públicas. O período é caracterizado pelo avanço de direitos duramente conquistado por lutas travadas ao longo dos séculos pelas populações indígenas. Apesar disso, muitos direitos conquistados têm sido ameaçados. Dessa forma, o livro “Os índios na história da Bahia”, publicado em 2016 pela editora EDUFRB em parceria com a editora Fino Traço, reúne 10 artigos distribuídos ao longo de 150 páginas da publicação, que nos oferecem um bom panorama das pesquisas na área de história indígena no estado da Bahia. O livro organizado por Fabricio Lyrio Santos, se destaca como uma produção que pretende suprir a carência de informações com qualidade, inclusive nos meios educacionais, contribuindo para formação de uma visão menos estereotipada e preconceituosa sobre o “índio”.

Francisco Cancela (Universidade do Estado da Bahia), inicia a discussão do primeiro capítulo sobre *Velhos e novos desafios da História indígena no Brasil*, propondo como ponto de partida a problematização sobre a permanência do olhar altamente equivocado e preconceituoso que a sociedade brasileira, geralmente, tem sobre a história e a cultura dos povos indígenas. Visão que pode ser evidenciada quando se questiona sobre a existência dos “índios de verdade” aqueles com cara de “índio”, pressupondo incorretamente que todos os povos indígenas são iguais. Para o autor, isso

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Integrante do PET Conexões de Saberes – Acesso, Permanência e Pós- Permanência. Correio eletrônico: carvalho.was.luan@gmail.com

aponta para a permanência de um tipo idealizado de ser indígena, mas também “demonstra a ausência de compreensão histórica dos processos de transformações culturais vividos por esses grupos ao longo dos séculos de violento contato com o mundo Ocidental”.² Tal tese, vigorou até os anos 1970 do século XX, quando, sobretudo a partir dos anos 1980, houve um grande processo de retomada demográfica, explicada por alguns fatores como o crescimento vegetativo das comunidades, a reivindicação da identidade indígena ocultada, bem como o direito ao território tradicionalmente, assegurado na Constituição Federal de 1988.

A seguir, o organizador do volume, Fabricio Lyrio Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), discute *Catequese e povos indígenas na Bahia colonial*, abrangendo a cristianização como mais um elemento importante do processo de dominação dos povos nativos. Além do mais, demonstra como o projeto missionário começou a ser estruturado após o envio dos primeiros missionários jesuítas a Bahia no início do século XVI. Momento que coincidi com organização da província e a ordenação de métodos de conversão pelos missionários, que num primeiro momento buscou fazer através da pregação itinerante pelas comunidades, para em seguida, adotar um novo método de catequese, agora baseado na reunião dos indígenas em aldeias ou povoados. Para o autor, o processo de “aldeamento” possibilitou aos jesuítas “um controle mais efetivo e um trabalho mais consistente de catequese, modificando não apenas a religião como também os costumes nativos”.³ Destacando, a resistência indígena frente à colonização e, como as aldeias também propiciaram o aparecimento de “culturas híbridas” sobrepostas por aspectos indígenas e europeu, bem como, pelas influências africanas, que modificaram o ambiente e fizeram surgir novos significados e modos de vida.

O próximo trabalho, *Os índios e a fundação da cidade de Salvador*, de autoria de Patrícia Verônica Pereira dos Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), reflete sobre a fundação da cidade de Salvador, a partir da instalação da sede do governo-geral na América portuguesa, transformada em símbolo de prosperidade econômica durante o século XVI. Ressalta a importância fundamental da mão de obra indígena na construção da cidade e da fortaleza, planejada para proteger-se da

² CANCELA, Francisco. Velhos e novos desafios da História indígena no Brasil. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (Org.). *Os índios na história da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10), p. 14.

³ SANTOS, Fabricio Lyrio. *Catequese e povos indígenas na Bahia colonial*. In: _____. (Org.). *Os índios na história da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10). p. 26.

ameaça de corsários e dos interesses de outros europeus. A autora salienta que “naquele momento os índios representavam o maior contingente populacional na colônia”,⁴ fornecendo matéria-prima, alimentos, ajudando no transporte de materiais e na partilha dos conhecimentos sobre a terra e suas riquezas. Por fim, Patrícia Santos conclui que se o sistema de defesa implantado no entorno de Salvador não era dos mais eficazes para defesa do local de ataques externos, mostrou-se eficiente para submeter as populações indígenas e consolidar o projeto colonizador português.

Solon Natalício Araújo dos Santos (Rede Estadual de Educação Básica), em *A ocupação do Sertão das Jacobinas*, visa discutir, como o próprio título sugere, sobre o processo de ocupação e povoamento do sertão das Jacobinas na Bahia. Dessa forma, inicia o quarto capítulo trazendo um debate em torno dos significados do termo “sertão”, que ao fim consistiria “numa representação construída por viajantes, missionários e cronistas, para explicar um espaço vazio, indomado e selvagem no imaginário da sociedade colonial”.⁵ Situando o Sertão das Jacobinas, como “um espaço imaginário” no interior da Capitania, atualmente Chapada Diamantina, o trabalho pretende mostrar como as missões religiosas aliadas a política de interiorização da colônia promovido pelas autoridades, seguiu o rastros da expansão pecuária e das expedições em busca de minérios a partir do século XVII, acarretando na fundação de vilas, freguesias e comarcas, que por sua vez, mostraram-se espaços resultantes das complexas interações e negociações entre múltiplos grupos indígenas, religiosos, sesmeiros, sertanistas e autoridades coloniais.

Em seguida, dando continuidade de certa forma a temática, Renata Ferreira de Oliveira (Rede Federal de Educação Básica) apresenta o trabalho *A conquista do Sertão da Ressaca*. Trata-se de um texto que tem como objetivo contextualizar a região do Planalto da Conquista no século XIX. A análise ajuda-nos a pensar sobre as teias de relações entre indígenas e sertanistas como um tecido complexo, confeccionado ao logo do avanço colonial sobre as áreas nativas, acarretando a desorganização social da comunidades e o aprisionamento de índios “para a utilização da mão de obra, seja para o serviço de abertura de estradas, derrubada de matas e produção de gêneros

⁴ SANTOS, Patrícia Verônica Pereira dos. Os índios e a fundação da cidade de Salvador. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (Org.). Os índios na história da Bahia. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10), p. 35.

⁵ SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. A ocupação do Sertão das Jacobinas. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (Org.). Os índios na história da Bahia. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10), p. 44.

alimentícios, seja para combate a outros grupos nativos”.⁶ Por outro lado, mostra vários processos de resistência indígena à submissão imposta pelos colonos.

Em *A integração por decreto: a lei de liberdade e o diretório dos índios na Bahia*, escrito por Terezinha Marcis (Universidade Estadual de Santa Cruz), visa compreender como se deu o processo de integração das populações indígenas e suas consequências após decretada a lei de liberdade dos índios em 1755, até então, valia o preceito religioso que afirmava a liberdade natural dos índios, princípio mencionado em leis e decretos desde 1570. Nesse sentido, a lei de liberdade proibiu todos os meios lícitos e ilícitos de escravidão dos índios e foi estendida a todos, exceto em relação aos índios filhos de “pretas escravas” deveriam ser mantidos sob o julgo do senhor até a tomada de outras providências. De acordo com a autora, a lei de liberdade foi completada pelo Alvará de 7 de junho de 1755, pressupondo-se que o exercício da liberdade pelos índios na prática, dependia do estabelecimento de um governo civil, ou seja, a liberdade pressupunha que os índios prestassem obediência às leis do reino e servissem ao Estado, vivendo de acordo com ocidentais portugueses e não segundo seus costumes e crenças tradicionais.

André de Almeida Rego (Rede Estadual de Educação Básica) analisa em *Legislação fundiária e extinção de aldeamentos na Bahia durante o Período Imperial*, as discussões legislativas, como fontes esclarecedora das omissões na constituição vigente. Verificando-se uma tendência que entendia o indígena como capaz de alcançar a cidadania através da instrução catequética que iria introjetar neles a cultura do trabalho e o modelo de produção defendido pelos representantes do Estado-Nação. Assim sendo, o autor afirma que as primeiras décadas do Período Imperial “representaram a continuidade das políticas de incorporação dos grupos indígenas”⁷ através da exploração da mão de obra para vários tipos de trabalho, sob o controle dos diretores ou tutores dos índios e com forte ingresso de não índios nos núcleos de povoação indígena, levando adiante o processo de miscigenação. Já o Segundo Império, e marcado pelas tensões decorrentes da questão fundiária, que se viu aumentarem por conta da necessidade que a Lei de Terras trouxe de demarcação das terras indígenas.

No oitavo capítulo, intitulado Pensamento sobre os índios no Brasil do século XX, Zeneide Rios de Jesus (Universidade Estadual de Feira de Santana) demonstra em seu

⁶ OLIVEIRA, Renata Ferreira de. A conquista do Sertão da Ressaca. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (Org.). Os índios na história da Bahia. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10), p. 61.

⁷ REGO, André de Almeida. Legislação fundiária e extinção de aldeamentos na Bahia durante o Período Imperial. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (Org.). Os índios na história da Bahia. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10), p. 88.

artigo, auxiliado pelo estudo sobre Afonso Arinos de Mello Franco, alguns aspectos que caracterizaram o pensamento sobre os indígenas no século XX. Assim sendo, as análises desenvolvidas num primeiro momento do século XX fazem referência aos estudos sobre as mestiçagens, demonstrada pela estudiosa citada Martinez-Echazábal, que diz ser a mestiçagem o principal recurso interpretativo dos processos identitários na América Latina. Ao identificar os três momentos do debate intelectual sobre a mestiçagem, Martinez-Echazábal busca entender de que forma se deu a dissociação entre raça e cultura, o que para ela “representa um deslocamento dentro do discurso da mestiçagem, e não numa mudança de discurso”.⁸ Partindo do que diz Echazábal, a autora vai buscar compreender como se formou a ideia sobre os índios nas primeiras décadas do século XX, tomando como referência a obra *Conceito de Civilização Brasileira*, de 1936, de autoria de Franco.

Para iniciar *suas Reflexões acerca da implantação do posto indígena no Sul da Bahia*, Kelly Silva Prado (Universidade Federal da Bahia) parte da afirmação de Darcy Ribeiro que caracteriza os vinte primeiros anos da república, com um “silêncio na política indigenista governamental”, ao mesmo tempo em que, “são implementados diversos avanços infraestruturais, tais como ferrovias, navegação, linhas telegráficas, gerando aumento de áreas de conflito com indígenas”.⁹ Desse modo, os enfrentamentos entre indígenas e nacionais vai gerar um contraponto entre às populações da zona urbana a das zonas de fronteira, reflexo da mentalidade com “um padrão bipolar binômio Tapuia/Tupi, bravo/manso, selvagem/civilizado”.¹⁰ A autora analisa como esse padrão atuou como fatores condicionantes para perceber e entender o passado indígena, principalmente sobre a formulação de políticas públicas que afetaram diferentes grupos indígenas.

Finalizando as reflexões propostas pelo livro, Maria Hilda Banqueiro Paraíso (Universidade Federal da Bahia) discute *Índios na atualidade: uma realidade de perdas e ganhos*, percorrendo sobre as diversidades socioculturais como elementos importantes a serem considerados para entender a questão dos povos indígenas no Brasil. Sendo a multiplicidade de línguas e de etnias indicadores dessa diversidade. Dessa forma, a autora vai buscar entender qual o lugar do índio, num contexto em que o Estado-

⁸ JESUS, Zeneide Rios de. Pensamento sobre os índios no Brasil do século XX. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (Org.). *Os índios na história da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10), p. 102.

⁹ PRADO, Kelly Silva. *Reflexões acerca da implantação do posto indígena no Sul da Bahia*. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (Org.). *Os índios na história da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 10), p. 111.

¹⁰ *Ibidem*, p. 112.

Nação é pensando como uma unidade territorial, que compartilha uma única cultura e tradição, fruto do um processo de violenta conquista de espaço e eliminação da diversidade étnica. Constatando as contradições do Estado ao buscar soluções adotadas numa legislação flexível para atender aos múltiplos interesses das elites nacionais.

Diante do que foi possível expor, o livro organizado por Fabricio Lyrio Santos teve como objetivo apresentar um quadro de pesquisas que visam superar uma carência de estudos em torno do “índio”, dando vistas para narrativas que destaquem a participação dos indígenas como protagonistas de sua própria História. Além disso, a obra pretende “auxiliar professores dos ensinos fundamental e médio, na construção de reflexões críticas, mediante a interação com entre a produção acadêmica e o aparato da educação fundamental, contribuindo, substancialmente, para a transformação do universo social”.¹¹

Recebido em 29 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

¹¹ SANTOS, op. cit., p. 10.